

“Balanço ambiental” da Amazônia

FSP
1/8/97 3-2

ANTONIO SILVEIRA DOS SANTOS

Atualmente o território amazônico está praticamente “palmilhado” por satélites, conhecendo-se o potencial de suas riquezas naturais. O turismo permite que pessoas adentrem pelos rios e pela própria floresta com certa facilidade. Não há mais tantos segredos ou lendas a atrair “conquistadores”, como no século 16, mas há um grande problema a enfrentar: a cobiça internacional pelos seus recursos florestais. Em miúdos: a cobiça por nossas madeiras.

Os órgãos de comunicação têm informado que madeireiras asiáticas estão adquirindo terras e se preparando para extrair madeira da Amazônia, o que tem preocupado muito os ambientalistas brasileiros e estrangeiros, assim como a sociedade consciente da problemática ambiental.

O que trouxe a indústria madeireira asiática a essas paragens? Podemos dizer que foram o esgotamento das florestas exploradas da Malásia, Filipinas, Guiné etc., o grande potencial madeireiro da região amazônica, a fragilidade de nossa fiscalização por falta de recursos materiais e humanos, a dificuldade da aplicação prática das normas ambientais —ante a extensão territorial— e a existência de mão-de-obra barata devido à extrema pobreza da grande maioria da população.

O que fazer então? Há muito que fazer e rápido, como, por exemplo, uma moratória extrativista de três ou quatro anos, nos moldes da Guiana; um real zoneamento ambiental, destinando áreas para exploração sustentável da madeira; instituição de áreas “intocáveis” de reservas; canalização de recursos para a região, propiciando o aparelhamento da fiscalização com aumento do contingente de fiscais etc.

Assim, sugerimos que a região amazônica seja “fechada” para um “balanço ambiental”, para que possamos repensar e estudar a política brasileira extrativista da madeira, bem como a sua inevitável ocupação.

Isso não quer dizer que haverá estagnação econômica, pois existem muitas outras formas de atividades na região.

A OAB (Ordem dos Advogados), seção São Paulo, está iniciando uma campanha de fiscalização do processo de desenvolvimento da ocupação da Amazônia, para que esta seja feita de forma sustentável e provocando o mínimo de prejuízo do meio ambiente.

Portanto, se nada for feito efetivamente, o lendário e decantado Eldorado não passará de um triste e deserto sonho nosso e também dos nossos descendentes.

Antonio Silveira dos Santos, 46, é juiz de direito em Diadema, membro do Conselho Consultivo da Comissão do Meio Ambiente da OAB-SP e associado ao Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.